

Capítulo 1
DECLÍNIO DE UM TEMPO LONGO

Teófilo Oliveira (Baptista)
Agriculturas e Territórios
Ovelos, Galiz, 2001, 207p.

Em meados do século XX a agricultura e a sociedade rural alcançavam em Portugal a sua maior expressão demográfica, e a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola que se havia apropriado de todo o espaço disponível. Não havia mais incultos por aproveitar. A agricultura, a sociedade rural e o espaço tinham destinos coincidentes.

Passados 40 anos, a agricultura já não unifica a sociedade rural com todo o território não urbano. Emerge uma questão do espaço autonomizada da agricultura, que também já não assegura a vitalidade da sociedade rural. A agricultura, o espaço e a sociedade rural têm agora caminhos dissociados.

Neste percurso, a agricultura sofreu uma profunda transformação tecnológica, que se repercutiu na organização do processo de trabalho, enquanto declinava o seu peso na economia e na sociedade.

No aproveitamento do território, ao fim dos incultos sucedeu a sobra de terra para a produção agrícola. Ou seja, passou-se de uma perspectiva em que se defendia o máximo aproveitamento do território para outra em que se apresenta, como inevitável, o abandono de parte dele pela agricultura.

Finalmente, alteraram-se os contornos da sociedade rural e a sua relação com a questão da terra. Paralelamente, o rural tende agora a ser moldado a partir do urbano. Este é o roteiro do que se segue.

Agricultura: as tecnologias

A debandada que varreu os campos, desde os anos 60, acelerou a transformação tecnológica da agricultura. Generalizou-se progressivamente o uso do tractor, do motocultivador e da ceifeira-debulhadora. O avião passou também a ser empregue, por vezes, na monda e na adubação do arroz e do trigo em zonas onde o cultivo destes cereais se encontrava mais concentrado. O motor de rega destronou os aparelhos tradicionais de elevação de água. Os

herbicidas foram substituindo a motossida de moidas manuais. Cresceu acentuadamente o emprego de adubos químicos. Os fungicidas e inseticidas orgânicos de síntese difundiram-se, e a sua presença na defesa das plantas sobrepôs-se às do enxofre, sulfureto de carbono e calda bordalesa, que se utilizavam desde o último terço do século XIX. Aumentou o recurso a sementes melhoradas e impuseram-se os alimentos concentrados para a alimentação dos animais. Paralelamente a estas transformações, foi-se retraindo o uso das alfaias agrícolas tradicionais.

Esta transformação, em especial a motorização e uso de herbicidas, associou-se a uma diminuição acentuada das horas de trabalho necessárias para a produção agrícola. Assim, o motor de rega, em relação às picotas, ao eliminar a necessidade do trabalho manual para puxar a água do poço ou da ribeira, reduz drasticamente o tempo necessário para regar uma parcela de terra. No arroz, a passagem da tracção animal e da moida e ceifa manuais para a moida química de avião, para a tracção mecânica e para a ceifeira-debulhadora correspondeu a baixar de 2.076 para 119 o número de horas necessárias para o cultivo anual de um hectare de arroz. No trigo, e é o último exemplo, a substituição da ceifa manual/tracção animal/enfardadeira e debulhadora fixas pela tracção mecânica/ceifeira-debulhadora/moida química traduziu-se numa diminuição, por hectare cultivado, de 394 para 23 horas anuais.

A redução do gado de trabalho é outra face da difusão dos motores. De 1955 para 1989 o número de equinos (conjunto de gado cavalar, muar e asinino) diminuiu de 427.000 para 141.000. Por sua vez, o efectivo de bovinos utilizado para fornecer tracção reduziu-se, entre 1955 e 1979, de 475.000 para 184.000. Um exemplo esclarecedor da cronologia e efeitos desta substituição e da acção dos herbicidas é a evolução verificada na Herdade dos Machadoes que ocupava uma grande extensão contínua (6.000 ha em 1948; 6.100 ha em 1974/75) de boas terras no concelho de Moura e em cuja economia predominavam o olival (1.500 ha em 1948 e 1962/63; 1.350 ha em 1974/75) o figueiral (550 ha em 1948; 450 ha em 1962/63; e 500 ha em 1974/75) e, como cultura anual, a cerealicultura de sequeiro. Em 1948, esta herdade, que era considerada "um exemplo de futuro possível", empregava permanentemente 450 homens e, além disso, 100 a 150 mulheres nas moidas, 60 a 80 homens na ceifa e 250 homens e 350 mulheres na apartura da azeitona. A tracção era fornecida por 44 mulas, uma vintena de burros, 170 bois de trabalho, 70-80 vacas e, apenas, dois tractores. Em 1962/63, havia já 12 tractores e uma ceifeira-debulhadora, mas no fornecimento da tracção prevalecia ainda a de origem animal, assegurada por 44 muares, 1 burro e 179 bois de trabalho. O panorama do emprego era o seguinte: trabalhadores permanentes — 448 homens e 100 mulheres; trabalhadores temporários — o equivalente ao emprego, ao longo de todo a ano, de 54 homens e 36 mulheres. Em 1974/75, a mecanização havia já imposto o seu domínio, sendo o essencial da tracção assegurada por 39 tractores

e três ceifeiras-debulhadoras. O emprego baixara consideravelmente: os trabalhadores permanentes eram 180 homens e 89 mulheres, e, embora não se disponha de informação exacta sobre o trabalho temporário, os elementos disponíveis permitem afirmar que houve uma diminuição sensível relativamente a 1962/63. A substituição do gado de trabalho pela tracção mecânica não se resume, no entanto, a menos horas de trabalho, mas repercutiu-se em todo o sistema de produção: altera os ritmos de trabalho; obriga a novas aprendizagens e saberes; liberta área até aí utilizada para produzir alimentos para o gado; a terra passa a ser calcada com maior intensidade, o que provoca, com frequência, alterações na estrutura dos solos; há uma quebra na produção de estrume.

Esta quebra foi também acompanhada pelo declínio da apanha de algas destinadas à fertilização das terras, que, embora com muito menor importância, era ainda relevante nos anos 50, sobretudo a norte do rio Douro.

A diminuição dos fertilizantes orgânicos contribuiu para o incremento dos adubos químicos, que haviam sido introduzidos em Portugal na década de 1980 do século XIX, e cuja utilização está hoje generalizada, com um consumo global que aumentou cerca de quatro vezes nos últimos 40 anos.

A utilização de adubos químicos permitiu uma maior liberdade na relação do agricultor com a natureza. A melhoria e manutenção da fertilidade da terra deixou de depender apenas dos equilíbrios praticados no ciclo produtivo e dos produtos que lhe chegavam do mar ou que eram fabricados na sua exploração, e passou a poder ser doseada e corrigida com maior autonomia em relação à natureza em que se desenvolve a actividade agrícola.

Também a crescente vulgarização dos fungicidas e pesticidas e das medidas de protecção sanitária dos gados contribuiu para acentuar o domínio do agricultor sobre o meio e fazer recuar o peso das crengas e superstições no combate às pragas e doenças que afectam plantas e animais.

Teve também consequências significativas o acréscimo de utilização de sementes melhoradas e, sobretudo, o grande aumento do recurso a alimentos de origem animal na dieta alimentar da população portuguesa e correspondeu a uma subida acentuada do consumo dos concentrados: 40 vezes (em unidades físicas) nos últimos 30 anos. Duas consequências desta transformação foram a constituição dum sector de unidades de pecuária sem terra (pois que uma larga parte dos produtos utilizados na fabricação dos concentrados, dado nomeadamente o milho, é importada).

Um indicador ecorotómico que evidencia com nitidez a profunda mudança tecnológica ocorrida nas últimas quatro décadas é dado pela percentagem dos consumos intermédios (bens e serviços adquiridos fora da exploração agrícola que são consumidos no próprio processo produtivo como, por

exemplo, gasóleos, adubos, sementes, pesticidas, adubos concentrados para animais) na produção final da agricultura, que passou de 6%, em 1960, para 43%, em 1990.

Os grandes eixos das transformações tecnológicas que se vêm referindo são, hoje dominantes na agricultura portuguesa. A adesão a estas transformações impôs-se aos agricultores como uma necessidade para se manterem no contexto socioeconómico em que, desde os anos 60, decorreu a actividade agrícola, e de que o êxodo da população foi a faceta mais visível e, num primeiro tempo, mais determinante. Aos que não conseguiram reunir condições para a reconversão tecnológica restou, geralmente, uma de três vias: abandonar a agricultura; uma profunda alteração na produção, geralmente no sentido de uma maior extensificação, para minimizar as necessidades de investimentos; a resistência em que, com o sacrifício da remuneração do trabalho familiar, se refugiaram largos milhares de explorações, mas que só foi possível para as que estavam mais abrigadas das dinâmicas dos mercados.

Para tornar mais clara a referência anterior à necessidade de reunir condições para proceder à reconversão tecnológica, recorre-se a dois exemplos. O primeiro refere-se à substituição dos milhos regionais pelos milhos híbridos, no Minho, nas décadas de 1960 e de 1970. Esta substituição era aconselhada e muito apoiada pela política estatal, em especial desde 1965. Verificou-se, no entanto, que a expansão dos milhos híbridos era muito lenta e se lhe deparavam grandes resistências, apesar de estes serem susceptíveis de permitirem a obtenção de maiores rendimentos. Um factor de resistência vinha dos proprietários que arrendavam as suas terras, pois, como as rendas eram frequentemente pagas em unidades de volume de milho, e tendo, dum modo geral, os híbridos um peso específico mais baixo, os proprietários recebiam, para um mesmo volume, menos peso, e era nesta base que se comercializava o milho.

Os milhos híbridos eram ainda mais exigentes que os regionais no que se refere à fertilidade dos solos e aos cuidados culturais, nomeadamente à rega e à intensidade das adubações. As exigências em solo e água impediam que se cultivasse com milho híbrido toda a área ocupada com os regionais. A estes condicionais, há ainda a acrescentar a capacidade financeira para promover as adubações referidas e comprar a semente. Assim, o dispêndio em dinheiro com adubos e sementes era multiplicado por cinco quando se passava dos regionais para os híbridos, e o subsídio estatal previsto para quem optasse pelos híbridos apenas cobria, no máximo, um terço do acréscimo da despesa.

As alterações associadas ao êxodo dos anos 60 levaram, no Alentejo, a uma mudança acentuada no panorama agrícola, a que os latifúndios e explorações agrícolas tiveram de se adaptar. As vias desta adaptação, para as unidades de média (50 a 200 hectares) e grande dimensão (mais de 200 hectares), foram a intensificação e a capitalização ou a crescente extensividade do

cultivo, a florestação e o abandono das terras no mato. A evolução seguida pode evidenciar com base num inquérito feito no Baixo Alentejo (Baptista, 1984) no início nos anos 60, dependia da dimensão da exploração, mas também acentualmente da forma de exploração (conta-própria ou arrendamento) e da qualidade dos solos que integravam as unidades de produção. Assim, o rendimento anual obtido por explorações do mesmo escalão de produção (mas solos/bons solos) e de um para dois consoante as condições naturais de produção por arrendamento ou por conta própria.

Não foi, contudo, apenas o investimento efectuado no quadro das explorações agrícolas a única via que permitiu a actual difusão da motorização que hoje se vulgarizou mesmo nas unidades de menor dimensão. Em muitos casos, esta utilização tem sido feita através do aluguer de equipamentos pertencentes à exploração, o que permite beneficiar do uso destes sem efectuar o investimento que seria necessário para os adquirir. Assim, por exemplo, em 1979, dos 58% de explorações familiares que utilizavam o tractor 53% faziam-no por aluguer.

A generalização na agricultura das tecnologias químico-mecânicas em detrimento das tradicionais vai impondo a uniformização territorial das tecnologias utilizadas e o apagar da imensa variedade de alfaias e instrumentos com que os homens, durante séculos, foram trabalhando a natureza. De facto, a história das tecnologias tradicionais é também a história da sua enorme variedade geográfica que decorre da criatividade com que os homens, munidos das suas heranças culturais, foram respondendo às diferentes condições que a natureza lhes oferecia nos locais onde viviam.

Agricultura: o trabalho

O declínio das alfaias tradicionais, a par do crescente envolvimento com os mercados, modificou também muitos dos aspectos do trabalho da população agrícola. Como é evidente, estas transformações inscreveram-se no processo, muito mais vasto e antigo, da diferenciação e especialização das actividades portuguesas, que se acelerou com a Revolução Industrial e que, na agricultura não necessitam da destreza dos ceifeiros e da perícia dos malhadores e são, agora, operações dependentes da eficácia solitária das máquinas. A ciência de fabricar estrume, onde se inclui o maneio do mato nas ruas e nos currais, é hoje menos utilizada. O conhecimento das artes de carpintaria e da cestaria, para reparar e construir instrumentos e alfaias, perdeu importância. O conhecimento dos mistérios de fazer vinho é inútil, pois o contacto com as uvas acaba agora com a sua entrega na adega cooperativa ou na firma industrial.

Vão-se esquecendo as artes do tear, os segredos de fazer pão, o manejo das carnes de porco e o fabrico de enchidos.

Transformou-se o trabalho e foram desaparecendo os momentos rituais de sociabilidade que acompanhavam as malhas, as descansadas do milho, a vindima e a pisa das uvas, a matança do porco e muitos outros trabalhos agrícolas. "A ceifeira e a debulhadora, com o seu ruído mecânico, acabaram com os belos corais com que se acompanhavam estes trabalhos feitos à mão" (Ribeiro, 1968). Morre uma cultura, declina um mundo, mas os milhões de homens e mulheres que, sempre que puderam, o abandonaram não lamentam a perda. "A gente só tem saudades porque sabe que aqueles tempos não vão voltar", declarava um velho emigrante que também fora agricultor na sua terra e *retirado* no Alentejo. Os homens e mulheres que sofreram a periosidade da celta, do trabalho junto da enfiadadeira e debulhadora fixas, da violência da vindima e da monda dos arrozais ou do esforço desmesurado da cava da vinha não lamentam a transformação do trabalho agrícola.

Também se modificaram os saberes. Os segredos e conhecimentos que asseguravam uma relação duradoura e cautelosa com a natureza foram dando lugar à intimidade com os motores mecânicos e eléctricos, à avaliação dum extensa gama de produtos para controlar pragas e doenças e à familiaridade com os alimentos concentrados para animais e com o NPK (azoto/fósforo/potássio) dos adubos. Surgiram também os imperativos da contabilidade e dos projectos para obter financiamentos. O velho homem dos campos que vivia uma relação temerosa com a natureza vai-se transformando num *agricultor profissional* que a manuseia com menos cautela, mas mais autonomia e sucesso produtivo. Esta nova relação com a natureza decorre das possibilidades abertas pelas tecnologias a que agora recorre. No entanto, a sua utilização tem, por vezes, sido feita com demasiada falta de prudência, e o uso das máquinas, dos adubos, dos alimentos concentrados para animais, dos pesticidas e dos equipamentos das pecuárias sem terra têm originado, nalguns casos, consequências graves para os que trabalham com estas tecnologias, para os ecossistemas e para os consumidores.

Alterou-se o trabalho e também o panorama dos que laboram na agricultura. Hoje, são menos de um terço de há 40 anos, e os assalariados já não são a sua componente maioritária. Agora predomina acentuadamente o trabalho familiar, que também cultivava a maior parte (57%) da superfície agrícola útil, repartindo-se o restante pelas unidades capitalistas privadas (36%) e por outros tipos de exploração (7%). Este panorama global tem variações regionais e, destas, merece destaque o Alentejo, onde se mantém a presença largamente maioritária do trabalho assalariado.

Para o reforço da posição relativa da agricultura familiar contribuíram dinâmicas muito diferenciadas. Nas explorações patronais de menor dimensão, verificou-se uma tendência para a sua conversão em familiares, pois o recurso a tecnologias que incrementavam a produtividade do trabalho

permitiu que passassem a depender, sobretudo, do trabalho da família. As explorações familiares têm maior resistência às crises e mudanças, dado que a remuneração do trabalho dos membros do agregado doméstico é, com muita frequência, bem menor do que a sua contabilização aos preços do mercado de trabalho, e o sustento é, em grande parte, arrancado da terra que trabalham. Esta resistência facilitou a capacidade de adaptação à transformação tecnológica que se impôs, sobretudo, desde os anos 60. As vias de adaptação traduziram-se em investir de modo a incrementar a produtividade do trabalho e, assim, compensar os braços dos que haviam deixado o trabalho das terras ou, a evolução conjugava-se com o decréscimo das necessidades da família agrícola, de que uma parte abalava, e/ou com a entrada de dinheiro da emigração, que frequentemente compensava largamente a quebra de proventos, devido ao abandono dum parte da área cultivada.

Desde os anos 60, ganhou grande expressão o número de famílias agricultoras que têm rendimentos exteriores às unidades de produção agrícola, seja porque uma parte dos membros das famílias trabalha fora da exploração, seja porque têm acesso a rendimentos de outras origens, como, por exemplo, de seguros, de previdência, subsídios ou remessas da emigração. Retêm-se, sociedade onde se inserem. No Continente, em 1989, 30% das pessoas dos agregados domésticos associados às explorações agrícolas, com idade igual ou superior a 12 anos, trabalhavam, como actividade principal, fora da exploração; em 60% das famílias agricultoras, a principal origem dos rendimentos era exterior à exploração.

A diminuição do emprego assalariado no sector capitalista contribuiu também para o maior peso relativo do trabalho familiar na agricultura. Com a possibilidade de sair, aberta sobretudo pela emigração, os assalariados agrícolas puderam fazer subir os seus salários. De 1962 para 1972, estes foram multiplicados por 2,9 e o preço da tracção animal por 2,1, enquanto o dos tractores subiu apenas 34% e o gasóleo 5%. Perante esta evolução, as explorações capitalistas investiram em equipamentos que lhes permitiram aumentar a produtividade de trabalho ou extensificaram, e qualquer destas alternativas levou à redução do número de trabalhadores. Esta quebra foi acompanhada por uma dupla evolução interna ao grupo dos assalariados: os temporários, apesar de continuarem a ser o maior contingente, viram reduzido o seu peso relativamente aos permanentes e acentou-se a presença, ainda minoritária, das mulheres.

Esta última tendência registou-se também no conjunto da população agrícola, onde se acentou a percentagem do número de mulheres. O avanço da feminização da agricultura não contribuiu, contudo, para alterar a posição tradicional da mulher nas explorações agrícolas, nem acarretou mudanças relevantes nas sociabilidades e nas representações sociais.

O balanço dos últimos 40 anos, relativamente aos que trabalham na agricultura, apresenta, assim, algumas tendências muito nítidas: são hoje metade do que eram em meados do século XX, a feminização aumentou; o envolvimento acentuou-se; os trabalhadores familiares são agora a maior parte desta população e cultivam mais de metade da superfície agrícola útil. Resta acrescentar que a maior parte das famílias ligadas a explorações agrícolas vive hoje de rendimentos exteriores às unidades de produção.

Estas grandes tendências omitem, no entanto, três aspectos relevantes. Um, já referido antes, é a externalização, ou seja, o recurso, pelas explorações agrícolas, a equipamentos exteriores (por exemplo, tractor, sala de ordenha mecânica) e empresas de serviços (por exemplo, contabilidade, projectos) para assegurar certas fases do trabalho agrícola. A externalização do processo produtivo modifica o trabalho agrícola e permite a muitas unidades, nomeadamente de média e pequena dimensão, utilizarem equipamento e serviços em que não teriam condições económicas de investir.

Declinaram — e são os outros dois aspectos — a entreaajuda e os ranchos migratórios, pois algumas operações culturais, como as ceifas e as mondas, que exigiam o recurso a muita mão-de-obra num curto espaço de tempo, são hoje executadas pelas máquinas ou pela acção dos quintinos. Outros destes trabalhos mantêm-se (por exemplo, vindima, apanha da azeitona e do figo) e, nalguns casos, persiste a entreaajuda, ou ainda se formam ranchos, mas estes têm agora uma composição diferente dos que se constituíam antes dos anos da emigração. De facto, também emigraram as famílias das pequenas explorações do mundo das aldeias da agricultura familiar onde se recrutava a grande maioria dos que vinham nos ranchos que das Beiras, do Norte da Estremadura e da serra do Algarve acudiam ao Alentejo e Ribatejo, e da Terra Fria e da Beira Alta iam ao Douro. Estes eram os principais eixos das migrações anualmente cumpridas pelos ranchos.

A alimentação e o alojamento dos ranchos eram, em geral, miseráveis e o trabalho, penoso. Mostravam uma atitude humilde que muito agradava aos que os empregavam, além de ganharem menos e trabalharem mais horas que os assalariados locais. De resto, estes tinham com frequência manifestações de animosidade contra os migrantes sazonais.

O movimento migratório dos ranchos, que num estudo de 1956 se avaliava entre 70.000 e 100.000 pessoas por ano, declinou fortemente na década de 1960 e, actualmente, apenas têm alguma expressão significativa no Douro. Hoje, a grande maioria dos ranchos que se formam, mesmo nesta região, têm características muito diferentes. Constituem-se nas proximidades do local de trabalho e recrutam os seus elementos entre estudantes, domésticas, desempregados e trabalhadores em situações muito diversas, que vão "ganhar uns dinheiros".

Agricultura, economia e sociedade

Em meados do século XX, o futuro do país ainda estava, aparentemente, em debate: industrialização ou agricultura. Eram, no entanto, divergências já ultrapassadas pela dinâmica que percorria a economia e a que o domínio do Portugal agrícola não ia poder resistir. Passados 40 anos, fez-se o caminho, e a evolução de alguns indicadores, de 1950 para 1990, evidencia a mudança, e a percentagem dos que trabalhavam na agricultura no conjunto da população activa passou de 48% para 10%. A população ligada a explorações agrícolas no total da população residente diminuiu de 55% para 20%. A contribuição da agricultura para a produção do país (valor acrescentado bruto agro-silvícola/ produto interno bruto a preços correntes) baixou de 28% para 5%.

A perda de importância da agricultura na economia e na sociedade foi acompanhada, como antes se referiu, por uma acentuada retracção da área cultivada e do número dos que nela trabalham. O valor acrescentado bruto agrícola (preços de 1950), no entanto, aumentou 1,64 vezes de 1950 para 1990. Estas tendências associam-se à transformação tecnológica registada e levam a que a produtividade dos que trabalham na agricultura fosse multiplicada cerca de três vezes e a produção por hectare de superfície cultivada registasse, numa estimativa muito grosseira, uma subida da mesma amplitude. O acréscimo da produtividade ficou, no entanto, muito aquém do registado nos países mais desenvolvidos.

Aumentou também o envolvimento da agricultura portuguesa com o mercado. Assim, estima-se que a parte comercializada da produção final agrícola (a preços de 1950) tenha subido de menos de 50% para 75% nos acentuado — cerca de 4,5 vezes —, com a produção final agro-silvícola a ser multiplicada por 2,5. Também se acentuou a monetarização da agricultura e, assim, o índice de "abertura ao mercado" (relação entre a soma da produção comercializada e o dispêndio em consumos intermédios adquiridos fora da agricultura em relação ao valor acrescentado bruto agrícola) respeitante à feira da produção agrícola passou de 0,29 para 1,08.

Alterou-se também o perfil produtivo, pois, em termos relativos, diminuiu a componente vegetal da agricultura e ganharam maior importância as produções animais. A subida dos produtos hortícolas não bastou para compensar a quebra nos vinhos, legumes e tubérculos, e, sobretudo, nos cereais e no azeite. O acréscimo das produções animais, como já antes se notou, articulou-se com a expansão dos alimentos concentrados.

A agricultura perdeu peso na economia e na sociedade; aumentaram a produção e a produtividade; alargou-se a sua relação com o mercado; tornou-se menos vegetal; acentuou-se a importância das carnes, leite e ovos. No entanto, estas mudanças não impediram que se tenha agravado a dependência do País em produtos de origem agrícola, nem tornaram a agricultura mais

competitiva em relação aos mercados externos, nomeadamente no contexto da União Europeia (UE), em que Portugal se integrou em 1986 e onde está submetida às directivas da Política Agrícola Comum (PAC) definida pelo conjunto dos estados-membros para ser aplicada a todas as agriculturas da União.

As orientações da PAC não são favoráveis à agricultura portuguesa, pois continuam a privilegiar os produtos mais relevantes do Centro e Norte da Europa em detrimento dos mediterrânicos que marcam numerosos sistemas de produção dos países do Sul. Privilegiam-se também as explorações agrícolas tidas como mais competitivas no mercado mundial, e pretende-se orientar as áreas dos sectores considerados não concorrenciais para a floresta e para sistemas de produções extensivas em que a defesa do ambiente é enunciada como uma preocupação central. Como é evidente, são sobretudo as agriculturas do Centro e Norte da UE que agora se encontram em melhores condições para preencher as enunciadas condições de competitividade.

Paralelamente a estas orientações relativas à competitividade da agricultura, a PAC tem, sobretudo desde 1992, mecanismos de concessão de subsídios desligados das quantidades de produção obtidas, e cujos critérios de atribuição são, sobretudo, articulados com a dimensão física das parcelas de terra. Esta vertente da PAC, nalguns casos associada à protecção da natureza e da paisagem, vem subalterнизando a figura dos agricultores perante os proprietários fundiários. Estes recebem, sob a forma de subsídios da PAC, verdadeiras rendas, que atingem quantias muito elevadas nas propriedades de grande dimensão. Nas regiões da União Europeia onde predominam os grandes domínios fundiários, como é o caso do Alentejo, é de novo o triunfo da grande propriedade da terra.

Se a esta política se associar a conhecida debilidade das estruturas produtivas, uma grande fragilidade nos circuitos de comercialização e um nível de formação de mão-de-obra que não é de molde a facilitar reconversões tecnológicas, não é difícil prever o destino da maior parte do espaço rural. No plano agrícola, Portugal pode transformar-se num espaço onde algumas pequenas ilhas de agricultura intensiva se encontrem rodeadas por um mar de áreas florestadas, abandonadas ou aproveitadas de modo muito extensivo. O défice em produtos alimentares tenderá ainda a aumentar.

Vão também sobrar mais homens da produção agrícola. Uma parte pode continuar nas suas aldeias, mas largamente dependentes dos subsídios da PAC destinados aos que cuidarem da terra sem terem como móbil a produção agrícola para o mercado ou aos que aceitarem uma contrapartida em troca da cessação da actividade agrícola. Outros podem ser tentados pelas cidades ou pelos mercados de trabalho de outros países da UE. Este é, afinal, um destino, antes trilhado por muitos e onde os esperam as tarefas mais penosas e mais mal remuneradas que, muitas vezes, partilham com emigrantes de países africanos e asiáticos. Finalmente, há ainda muitos que sobram,

dependentes do apoio familiar, do subsídio de desemprego ou de algum expediente ocasional, pois já não têm qualquer alternativa ao trabalho da terra.

Espaço: do fim dos incultos ...

Em 1945, num balanço da evolução da agricultura portuguesa, constatava-se que o tema dos incultos chegara ao fim, pois o cultivo e a florestação do território tinham progredido, e já não era possível assentar soluções na utilização de espaço abandonado (Gomes *et al.*, 1945). Satisfeito, a cena política e social do país um tema que, até aí, tivera um lugar relevante. Na segunda metade do século XIX, destacados autores defenderam o desvio do "excedente" populacional das regiões do Norte para os ermos do Alentejo, como alternativa para a sangria da emigração. Na I República (1910-26), a propósito da "questão das subsistências", preconizou-se, com frequência, o cultivo dos incultos dos campos do Sul para eliminar ou, pelo menos, diminuir a dependência alimentar do exterior.

O declínio da área inculta operou-se pelo avanço do cultivo agrícola e da florestação, que, em ambas as direcções, aumentou até ao final da década de 1950. O confronto de duas estimativas da ocupação do território fornece, apesar da necessidade cautela na aceitação da comparabilidade, um panorama bem expressivo nas suas grandes linhas. De 1875 a 1956, a superfície agrícola (em milhares de hectares) passou de 1.886 a 4.762, a superfície florestal de 640 a 3.284, a superfície inculta de 6.077 a 562, e o conjunto das superfícies social e incluível de 291 a 820.

Em termos relativos, o avanço da floresta foi maior nas regiões do Norte do país, enquanto o cultivo agrícola teve maior expansão a sul do Tejo. De qualquer modo, convém salientar que, mesmo no mundo das aldeias do Norte, progrediu a área semeada anualmente. Assim, por exemplo, de 1945/49 para 1960/64 e nos dez distritos mais a norte, esta área aumentou 22%.

O progresso na área cultivada foi amplamente favorecido, desde finais do século XIX, pelas políticas relativas ao trigo, que tiveram um sobresalto no período marcado pela Guerra de 1914/18, mas que sofreram um novo e decisivo impulso, em 1929, com a Campanha do Trigo. Também a florestação não foi alheia à intervenção do Estado. Refira-se, em especial, a arborização dos terrenos comunitários do Norte, em que o plantio de árvores em áreas até então utilizadas em pastoreio extensivo pelos gados dos habitantes dos lugares e aldeias das montanhas provocou, em muitos casos, levantamentos destes povos contra a florestação.

De qualquer modo, ao iniciar-se a década de 1960, já não se deparavam à sociedade rural novos espaços a conquistar para a actividade dos seus habitantes. A vida económica e social da população agrícola não tinha novas fronteiras por onde se expandir.

A relação da sociedade rural com o seu espaço não tardaria, contudo, a alterar-se. Na primeira metade dos anos 70 (1970/74), a superfície semeada anualmente no Continente já baixara 23% relativamente a 1960/64, e, em 1985/88, esta quebra era já de 45%. O destino da terra retirada de cultivo re-partiu-se entre o abandono, a caça, a pecuária extensiva e a florestação. Esta evolução teve, como seria de esperar, grandes variações regionais. Assim, enquanto para o Alentejo, de 1960/64 para 1985/88, aquele indicador acusava uma quebra de 36%, para o conjunto dos dez distritos mais a norte, no mesmo período, a baixa era de 46%.

Esta transformação articulou-se directamente com a diminuição acentuada da população activa agrícola devido à emigração e à possibilidade de encontrar emprego nas zonas mais industrializadas do país. A quebra da população associou-se a uma diminuição do trabalho familiar disponível para o trabalho agrícola e a uma elevação substancial dos respectivos salários. Qualquer destes factores contribuiu decisivamente para impulsionar mudanças técnicas relevantes nos sistemas de produção agrícola, que conduziram a um grande acréscimo na aquisição de meios de produção à indústria e de que um grande componente centrais foi a crescente substituição da tração animal pela motomecanização. A configuração do espaço foi influenciada por estas alterações e, nas novas condições tecnológicas, demográficas e salariais, os diferentes critérios de rentabilidade dos diversos tipos de exploração agrícola explicam que deixassem de ser cultivadas muitas das terras menos produtivas.

No entanto, as populações rural e agrícola não se relacionam apenas com a área cultivada agricolamente, mas também com a floresta. Esta ocupa agora uma larga parte do território, como pode avaliar-se por uma estimativa da ocupação da superfície do Continente: a área agrícola (não considerando o sobcoberto florestal) ocupa 33%; a floresta 35%, estando 20% integrados em explorações agrícolas; 16% são incultos e 6% correspondem à área edificada, vias de comunicação, faixa litoral e linhas de água; sobram ainda 10%, cuja utilização não foi possível determinar.

Um quinto da área de floresta encontra-se em explorações familiares, onde é encarada e utilizada como uma segurança, uma reserva para qualquer sobressalto ou doença prolongada, para o casamento dum filho, uma obra de maior vulto ou até para um investimento na agricultura. Os imperativos da família sobrepõem-se aos ditames da gestão técnica do arvoredo.

Já na floresta integrada em explorações capitalistas, nomeadamente nas de maior dimensão, bem como na que é gerida pelo Estado, a rentabilização técnico-económica do arvoredo tende a impor-se.

Restam os dois quintos — cerca de 1300 mil ha — da área florestal do país que não se integram em explorações agrícolas. Desta, 200.000 hectares numa estimativa arriscada, são propriedade (120.000 ha) ou estão arrendados (80.000 ha) por empresas de pasta para papel, e a área restante divide-se, de um modo para o qual não se dispõe de elementos que permitam uma

quantificação, entre grandes proprietários, com frequência de famílias em gerações anteriores ligadas à agricultura através de domínios de grande dimensão fundiária, e proprietários de áreas florestais diminutas que — eles ou, já, os seus pais — foram para a cidade ou emigraram em busca de melhor vida. Nas duas primeiras situações — empresas de pasta para papel e grandes proprietários —, pode admitir-se uma gestão rentabilista do arvoredo. Já para os pequenos proprietários a floresta tende a ser utilizada como uma reserva patrimonial.

O convívio entre a floresta e as explorações agrícolas e, dum modo mais amplo, a sociedade rural não se resumia à gestão do arvoredo. Era bem mais vasto: os matos roçados para estume; a resinagem dos pinheiros; a aparana de lenha, de pinhas e de caruma para acender o lume do chão onde se cozinha, o forno do pão ou chaminuscar o porco a quando da matança; o apascentamento do gado miúdo com a bolota dos mortados de sobro e azinhu; a colheita de mûscaros, etc. A redução da área cultivada e, sobretudo, a progressiva utilização dos adubos químicos contribuíram para diminuir a roça do mato. A difusão do gás de botija fez recuar a cozinha de lenha, e até o porco, quando ainda é morto em casa, é já, com frequência, chaminuscado com um bico de gás. O pão caseiro cedeu lugar às carinhãs das padarias das vilas que percorrem os lugares e as aldeias. A resinagem recuou. A floresta é, cada vez, menos percorrida e vai-se separando da sociedade rural. Os incêndios florestais aí estão, prutalmente, a sublinhar esta situação. Assim, no período de 1980 a 1995, ardeam mais de 1.200.000 hectares, dos quais 800.000 de arvoredo.

Depois deste percurso pelo espaço agrícola e florestal, pressalte uma conclusão: a actividade dos que vivem e trabalham na agricultura já não assegura plenamente a mediação entre a população e o território; o espaço emerge como uma questão autónoma, ou seja, da actividade agrícola sobra terra.

... à sobra de terra

A sobra de terra foi-se insinuando progressivamente como inevitável, pois decorria das dinâmicas demográficas e dos mercados, ou seja, desenhava-se nos mesmos passos que mudavam a vida e a economia das famílias agricultoras. As populações das cidades, e mesmo dos campos, só se sobressaltaram quando as terras abandonadas eram já muito vastas e, sobretudo, quando começaram a aparecer formas de aproveitamento que chocavam com as sensibilidades; as tradições e a relação com o território dos habitantes da sociedade rural e dos cidadãos que o percorrem. Um exemplo deste sobressalto é a opção que tem encontrado a expansão das plantações de eucalipto e que não se pode apenas atribuir a danos ecológicos causados por estas, dado que, se forem conduzidas de forma tecnicamente adequada, não provocam consumos de água exagerados ou degradação dos solos. É certo que os procedimentos

técnicos nem sempre foram os mais convenientes e, nalgumas zonas, a plantação de eucaliptos desenvolveu-se, em grandes manchas, sem quaisquer precauções com os equilíbrios a respeitar na ocupação do território. Daqui resultaram situações de repúdio desta espécie por parte das populações locais.

Os nós do problema não se limitam, no entanto, a este plano. Nos campos do Sul, onde decorreu uma Reforma Agrária virada para a maximização do emprego, os eucaliptos amputam a terra a trabalhar agricolamente, onde se podia lutar pelo aumento do nível de emprego. Noutras zonas, esta questão de disputa de área agrícola é também relevante para agricultores familiares, em especial rendeiros, para quem a floresta equivale à redução drástica de terra donde arrancam a sobrevivência. Resta, ainda, o ponto decisivo do pastoreio: terra florestada é área subtrahida à alimentação extensiva do gado. Foi precisamente em torno deste último aspecto que, como antes se referiu, também nos anos 40 e 50 se viveu uma situação de grande conflito dos povos serranos do Norte do país contra a floresta dos baldios levada a cabo pelo Estado.

Mas, em todos estes aspectos, o eucalipto aproxima-se de qualquer outra espécie florestal que não permita o aproveitamento do sobcoboerto e seja conduzida de modo similar, sendo assim, apenas, sinónimo de floresta.

Há, no entanto, aspectos específicos. A expansão maciça desta espécie modifica a paisagem e choca com a identidade territorial das populações. De facto, a memória e a cultura populares apenas guardam imagens de eucaliptos, isolados ou em pequenos renques, disseminados nalgumas regiões do país que, com o decorrer dos anos, atingem portes imensos, tornam-se inquietantes quando dos grandes vendavais, estendem as raízes por vastas áreas e secam fontes. A par desta vivência, o eucalipto torna inevitável a ruptura dos homens com a floresta: não se apanham mais pinhas, carunhos e ramagens para lenha, declina a fauna, modifica-se a flora das matas. O imaginário popular, com os seus medos e fantasias, não se reencontra neste arvoredo sem mistério. O eucalipto limita os espaços de muitas aldeias e lugares. Não são os homens que se vão separando da floresta — é a floresta que empurra os homens.

O questionamento da sobre de terra para a agricultura começa agora a acentuar-se com as orientações da Política Agrícola Comum (PAC) aprovadas em 1992 e que, como antes se referiu, prevêem expressamente o abandono do cultivo em grandes áreas para que se propõe uma política de apoio à produção da natureza e da paisagem. A dissociação produzir/protéger tem, no entanto, de ser confrontada com novos caminhos que implicam uma ruptura com as marcas do passado. Para avaliar estes caminhos, é necessário ganhar maior liberdade na relação com a natureza não trabalhada, pois esta não pode continuar a ser vista apenas como a negação da aproveitada pelo homem. Esta atitude decorre da tradição cultural europeia, bem expressa no modo

como encara a paisagem. Sereni (1974) distingue paisagem natural de paisagem agrícola, mas apenas se interessa pela última, que define como sendo as marcas que o homem, com a sua actividade produtiva agrícola, imprime, consciente e sistematicamente, na paisagem natural. Mais recentemente, na revista *Études Rurales*, concluiu-se que só há paisagem quando o território foi trabalhado pelo homem.

A natureza trabalhada contém, é certo, os traços profundos da identidade territorial das sociedades a que, com frequência, se atribui um sentido de perdença como, por exemplo: "Tudo o que é humano tem vida precária e caduca. Apenas os campos que o homem criou se mantêm como uma obra que dura para sempre" (Roupenel, 1977). O território é assim, sobretudo, o pago, não deixando, muitas vezes, detectar as profundas mudanças que nele ocorreram, nem permitindo repensar, com ousadia, o seu futuro.

A tradição americana, forjada noutra história, é aqui bem diferente. O território não é uma herança perene, mas um espaço, diante dos homens, em que o cultivado e o "selvagem" têm o seu lugar, a sua função, e onde é possível comegar de novo.

Não se trata de importar outra tradição cultural, mas apenas de não dogmatizar a nossa, de perceber a sua relatividade e de conseguir uma gestão menos aprisionada do território.

A reflexão sobre a tendência para o abandono das terras cultivadas benéfica também de uma breve nota sobre a apropriação da natureza pelo homem. Não foi um trajeto fácil e harmonioso, pois fez-se através de "métodos implacáveis", para usar a expressão de Thomas (1988), ou, na formulação de Ribeiro (1968), pela "luta contra a natureza". Neste percurso, o homem foi modelando sistemas de aproveitamento, historicamente datados e sujeitos, logo, responderem a uma alteração dos objectivos pretendidos ou, ainda, para melhor resistirem às adversidades biológicas e climáticas.

Muitos destes sistemas de aproveitamento — por exemplo, os lameiros e os montados — são ecossistemas constituídos por complexas e diversificadas associações vegetais, respeitadoras da natureza, mas assentes em equilíbrios frágeis e cuja perda pode representar um empobrecimento relevante e dificilmente recuperável na relação do homem com a natureza. Convém acrescentar que estes sistemas não se mantêm sem a intervenção humana. De facto, como hoje parece adquirido, a grande diferença entre os ecossistemas naturais e os moldados pelos homens é que apenas os primeiros têm capacidade de se conservarem, adaptarem e reproduzirem sem intervenção exógena. Os segundos só se podem manter equilibrados e não caminharão para a degradação se lhes for fornecida energia (humana, tracção animal ou fóssil) do exterior.

No entanto, houve também muitos sistemas de aproveitamento que

multilaram gravemente a natureza. Foram muitas as causas destas situações e, entre as mais frequentes, podem referir-se: a necessidade de sobreviver num contexto socioeconómico que não deixa outra alternativa aos que trabalham a terra; a pilhagem dos recursos de certos países e regiões; e a orientação das políticas agrícolas. Neste último ponto cabem precisamente as políticas dos países mais desenvolvidos, que, entre outros efeitos, levaram à divisão do território em áreas onde o cultivo foi abandonado e manchas onde resistiram os sistemas que recorrem a grandes investimentos em máquinas e químicos. Como já antes se referiu, esta evolução foi deixando marcas, por vezes bem negativas, no ambiente tanto devido aos efeitos desta intensificação, como pelas consequências nas terras abandonadas, onde, com frequência, se perderam ecossistemas como os mencionados no parágrafo anterior.

Esta orientação da política dos países desenvolvidos era um prolongamento da herança dos "métodos implacáveis", depois reforçada pelos êxitos da Revolução Industrial, na apropriação da natureza.

A própria Agronomia, que se constituiu como prática científica no século XIX com o objectivo de levar ao campo o progresso das cidades, não se colocava a questão do respeito pela natureza, mas tinha como grande objectivo a necessidade de desvendar os seus mistérios para libertar o homem da sujeição que lhe impunha. Esta orientação da Agronomia só veio a ser reconsiderada nos últimos 25 anos, e, desde então, tem-se consolidado uma disciplina que pretende reconciliar a produção com a natureza.

Na Europa, a crítica das opções e métodos usados na conquista da natureza germinou e manifestou-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, mas fora dos circuitos ligados à produção agrícola. Esta sensibilização fez-se, sobretudo, em torno da relação do homem com as outras espécies animais e, mais tarde, com as formações vegetais e, neste contexto, a protecção da natureza consistia em subtrair da acção produtiva e colectora dos homens algumas espécies animais e certas manchas do território. A actividade produtiva prosseguia, sem limites, fora destas poucas parcelas reservadas. Este modelo de protecção desenvolveu-se num período em que o modelo químico-mecânico não era dominante na agricultura e, portanto, ainda não se tinham difundido os seus efeitos negativos. Hoje, a situação é bem diferente e a dissociação proteger/produzir corresponde, no actual contexto da União Europeia, a incentivar, nalgumas áreas, sistemas muito intensivos e com consequências graves para o ambiente e a defender, noutras zonas, uma protecção da natureza e da paisagem demasiado aprisionada pelas heranças do passado.

A dissociação divide também os homens entre os que recebem rendas decorrentes da perspectiva de protecção da natureza hoje dominante, os que trabalham para produzir e os que sobram.

A Agronomia permite actualmente desenvolver o aproveitamento produtivo em harmonia com o ambiente de muitas áreas abandonadas ou utilizadas muito extensivamente e propor soluções que moderem os sistemas

agrícolas hoje em dia mais intensivos, tornando-os menos agressivos para os equilíbrios ambientais. Esta conciliação da produção com a protecção pode diminuir o número dos homens que sobram, contribuir para novas relações entre a produção, o meio e a paisagem e favorecer a obtenção de alimentos e bens que assegurem condições de vida aceitáveis para toda a população mundial. Nada disto se fará, no entanto, sem uma firme determinação que inflicta muitas das orientações hoje dominantes.

Sociedade rural

Numa caracterização geográfica, delimitou-se a sociedade rural pela população residente isolada e pela que habita em aglomerados de menos de 2.000 na agricultura, diferenciaram-se, com base na unidade distrito, quatro grandes regiões na sociedade rural. Convém, no entanto, salientar a diversidade, bem conhecida, que introduz a utilização do distrito como unidade de análise. No caso vertente, este inconveniente ressalta com ênfase para Setúbal, onde os quatro concelhos alentejanos têm características agrícolas e urbanas muito distintas da parte estremenha. Mas também Castelo Branco, Santarém e Faro abrangem zonas com características agrícolas e urbanas diferentes, como apenas se pretendem evidenciar algumas diferenças. Notas da relação urbano/rural no território do Continente, optou-se por não considerar os três últimos distritos referidos nos desenvolvimentos que se seguem, procurando integrar cada uma das partes do distrito de Setúbal na zona com que tem similitudes.

Passa-se agora a um primeiro esboço das quatro regiões consideradas. Numa Lisboa e a parte estremenha de Setúbal) a parte rural é muito débil, enquanto, nas outras três, se identifica uma forte sociedade rural. Destas, na região Norte Litoral (Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Leiria) regista-se uma forte interpenetração da agricultura e de outras actividades económicas. O Norte (Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Guarda e Viseu), onde a indústria está menos presente, são duas regiões visivelmente rurais e agrícolas, mas bem diferenciadas pela estrutura agrária: no Norte, tem presença relevante a pequena propriedade e a agricultura familiar; o Alentejo é o campo dos grandes domínios fundiários e do trabalho assalariado.

A região dominada pelo eixo Lisboa-Setúbal é vinicamente marcada pelas estruturas urbanas — a população rural engloba menos de um quarto dos residentes. A agricultura tem, em termos relativos, um peso diminuto, mesmo na parte rural, e o seu fôco é moldado pelo abastecimento, aos centros urbanos, em produtos hortícolas, frutícolas e animais e por uma mancha vitícola que Amorim Girão designou por sub-região de Torres. De qualquer

modo, na apropriação e controlo do espaço, a actividade agrícola encontra-se nitidamente subordinada à expansão urbana, à procura de terrenos para indústrias e comércio, ao mercado de residências secundárias e à polarização dos mercados de trabalho urbanos exercem em toda a região.

A faixa litoral ao norte de Lisboa, donde se excluiu o distrito de Viana do Castelo, é uma região muito povoada, onde continua a aumentar a população residente e também a activa, embora nesta última se verifique o declínio dos que trabalham na agricultura.

A população rural engloba mais de seis décimos dos residentes, e a que trabalha em actividades não agrícolas reparte-se entre deslocações quotidianas aos centros urbanos e o trabalho nas actividades, sobretudo industriais, que polvilham os campos. A agricultura está no cerne desta articulação: um em cada quatro activos não agrícolas vive numa exploração agrícola, e o rendimento da maioria das famílias ligadas a explorações tinha uma origem principalmente exterior à exploração.

Desenhou-se, assim, uma paisagem em que se verifica, como nota Portas (1986), uma "mistura das actividades ao nível mais capilar" e onde as "faltas ou cordões potencialmente urbanos (...)" serpenteariam o território, procurando o perimetro de máximo contacto com os campos, apoiando-se numa cada vez mais cerrada teia de vias". Criou-se uma rede económica e social, densa e intrincada, em que a agricultura e os outros sectores surgem cerzidos pelos contornos dos mercados de trabalho e os outros sectores surgem cerzidos pelas actividades produtivas, não se torna possível delimitar o rural e o urbano, ou seja, as diferenças na morfologia do povoamento espantem-se na interpenetração dos diversos sectores económicos.

Convém acrescentar que remessas de emigrantes e dinheiros da previdência têm tido um peso não negligenciável para assegurar a sobrevivência de muitas famílias da sociedade rural; as remessas têm favorecido também uma dinâmica de construção de casas que é, de resto, nítida em todo o Norte do país. De qualquer modo, estas situações não invalidam a conclusão que se impõe retirar do conjunto do panorama traçado para o Norte Litoral: a vitalidade e os contornos da sociedade rural e do seu espaço decorrem do enlace, através dos mercados de trabalho, entre a agricultura e outras actividades.

A terceira região considerada abrange os quatro distritos do Norte Interior (Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda) e Viana do Castelo. Tem uma densidade populacional que é cerca de metade da média do Continente e regista um acentuado declínio populacional desde 1950; a população rural corresponde a mais de três quartos dos residentes.

A agricultura familiar de pequena dimensão é o traço mais evidente na estrutura agrária desta região, e esta característica associa-se a dois efeitos de sentido contraditório. Por um lado, a expansão dos incultos, cuja expressão é aqui quase o dobro da média do Continente, associada a uma estrutura agrária que, contrariamente ao que sucede no Alentejo, dificulta o

aproveitamento muito extensivo do território. Por outro lado, foram as características da estrutura agrária que permitiram, também comparativamente com o Alentejo, um desgaste menor da sociedade rural, dado que a pequena dimensão é uma base onde entraza grande parte da população. Construir uma casa, ter um campo, um bocado de vinha e mesmo uns pinheiros é, por um lado, uma relíquia para os camunhos da emigração e, por outro, um elemento de prestígio na vida local.

A articulação, através dos mercados de trabalho, entre a agricultura e outros sectores é nesta região, em valores absolutos, muito menos importante do que na anterior, embora relevante em termos percentuais. Como é evidente, também aqui têm expressão os dinheiros da previdência e os subsídios às explorações agrícolas, mas são, sem dúvida, as remessas da emigração que sobressaem nesta sociedade rural, pelo dinheiro que trazem à vida quotidiana das aldeias e lugares, pela acção no mercado fundiário e na construção de casas. As estimativas disponíveis autorizam esta conclusão, mas vale a pena pomenorizar alguns casos elucidativos. Em Albergaria da Serra e Cabreiros, freguesias do concelho de Arouca, o dinheiro da emigração, num cálculo feito para 1984, foi três vezes superior ao conjunto das outras receitas de ambas as freguesias. Queiriga, no concelho de Vila Nova de Paiva, e, para citar mais dois casos, Dornelas e Cortiçadas, no concelho de Aguiar da Beira, são povoações refeitas pelos dinheiros ganhos no estrangeiro e que hoje vivem suspensas das idas e vindas dos seus emigrantes. Estes exemplos poderiam multiplicar-se. Convém ainda notar que uma larga parte das actividades rurais não agrícolas está dependente da emigração. O exemplo mais flagrante é o da construção civil, mas também se podem mencionar a indústria de móveis e o próprio comércio. Estes sectores e, sobretudo, os serviços tendem, no entanto, a concentrar-se nos centros urbanos mais relevantes que, contrastando com o conjunto da região, têm registado um visível crescimento demográfico. Em torno destes núcleos, na faixa do território que permite uma articulação do seu aproveitamento com os mercados de trabalho das pequenas urbes, tem-se mesmo verificado o transformação dos sistemas de produção agrícola e a recomposição do espaço.

A emigração articula as unidades de povoamento com metrópoles distantes e tem um lugar central na definição dos contornos e na estruturação da sociedade rural, que, no entanto, ainda é largamente enformada por famílias centradas, sobretudo, na produção agrícola. E, contudo, na sua grande maioria, uma agricultura defensiva, ou seja, nas actuais circunstâncias da integração europeia não pode servir de suporte para um projecto agrícola regional de desenvolvimento.

Finalmente, regista-se que a diminuição da população abriu já largas manchas onde nem a agricultura nem os dinheiros de fora impediram o abandono de casas e feiras. Dispõe-se, sobre a serra da Louzã (que pelo recorte administrativo, se situa no distrito de Coimbra, mas cujas características relativamente às

preocupações deste capítulo, são similares às que se apresentam para esta região) de dois testemunhos que balizam o caminho feito. Ribeiro (1982, 1.ª edição 1949) descrevia a vida agrícola e pastoril: "As casas, muito próximas umas das outras, estão geralmente colocadas na mudança de declive que marca o abundamento do vale antigo. Para baixo, estão os terrenos abrigados e húmidos, cobertos de centeio na Primavera e de milho no Verão; para cima, as pastagens, de cabras e de carneiros, cujo estume, junto com a irrigação permite uma cultura intensiva." Passados 40 anos, dirá Caldas (1989): "O que ficou na Serra foi a Urze, ou melhor, a Torga (...). Era com a Torga que se preparava o Carvão. E o Carvão foi a derradeira esperança oferecida pela Serra exausta. Os Montanheses queimaram a Torga e com ela, dramaticamente, as raízes que os prendiam à Montanha onde nasceram. Abandonaram-na, e até agora nenhum voltou, emigrante afortunado a construir na Serra o triunfo da Casa Nova".

O Alentejo é a região menos povoada do país (20 habitantes/km²) onde diminuiu fortemente, nos últimos 40 anos, a população residente e activa. A sociedade rural, embora concentrando mais de metade da população residente, tem aqui menor amplitude que nas duas regiões anteriores e apresenta um carácter claramente agrícola. Predominam os grandes domínios fundiários e a agricultura capitalista. Os assalariados agrícolas são o maior contingente da população activa agrícola. Não existe aqui, contrariamente ao Norte do país, uma estrutura agrária que permita enraizar uma população ligada a uma pequena parcela de terra e que consiga dinheiro "fora". O êxodo definitivo é a alternativa para as vicissitudes da vida como assalariado. Depois de derrotada a tentativa do movimento dos trabalhadores rurais no sentido de promover, com a Reforma Agrária, um desenvolvimento assente no trabalho da terra, assiste-se agora, com a Política Agrícola Comum (PAC), a uma capitalização e intensificação nas manchas de melhores solos, enquanto, na maior parte do vasto campo alentejano, a plantação de eucalipto ladeia montados de sobre e azinho e, sobretudo, as imensas áreas onde o extensivo e a simulação do cultivo agrícola (semeiar, receber o subsídio, mas não colher) se confundem muitas vezes com o abandono. Mas é precisamente este panorama que permite à grande propriedade fundiária arrecadar um inenso caudal de subsídios. Esta é uma situação que ainda tende a empurrar para fora do Alentejo mais população e que, somada à debilidade das actividades produtivas não agrícolas, apenas deixa vislumbrar a continuada erosão da sociedade rural.

Nos parâmetros anteriores, traçou-se, com base na dimensão dos aglomerados populacionais, o peso demográfico da agricultura e o modo como esta se articula, através dos mercados de trabalho, com outras actividades, uma fronteira rural/urbana que agora se vai prolongar com uma reflexão sobre a homogeneidade e divergência de comportamentos, atitudes e representações sociais.

Parte-se duma constatação. Em aspectos tão marcantes como os indicadores quantitativos de comportamento religioso (por exemplo, a percentagem da população que vai à missa) e político (por exemplo, a percentagem dos eleitores que vota em A ou B), a diferenciação que se regista no país não se ajusta, longe disso, às fronteiras indicadas para o rural e o urbano. A evidência externa dos comportamentos não revela, contudo, a "ordem específica" da "interdependência entre os homens" que, como sublinha Elias (1979), é uma "ordem mais impertiosa e mais coerciva do que a vontade e a razão dos indivíduos que nela estão envolvidos". Como têm mostrado muitos estudos, esta "ordem específica" difere dos meios urbanos para os rurais — delimitados geralmente nestes trabalhos pela pequena dimensão dos aglomerados — por uma forte presença da agricultura — mesmo em situações em que a evidência dos comportamentos é similar.

Tem agora de se acrescentar que quadros locais e rurais diferentes — história, estruturas económicas e sociais, cultura, ideologia — geram "interdependências entre os homens" dissimilares. O Alentejo dos assalariados rentes do Norte agrícola e familiar. No entanto, o que unifica o rural em relação ao urbano é o seu maior contacto com a natureza, com a actividade agrícola e florestal e a pequena dimensão dos povoados onde se verifica "o agrupamento corrente e específico da vizinhança caracterizado por um conhecimento pessoal e recíproco entre os seus habitantes" (Weber, 1987). Nesta aceção, os trabalhos disponíveis sobre Portugal permitem concluir, simularmente, que Pérez-Yruela (1990) constatou para Espanha, a existência dum país rural diversificado e crescentemente articulado com o seu mundo exterior. De facto, a estruturação e a dinâmica de cada ordem local acentuaram irreversivelmente a interligação destas com o exterior.

Os grandes vectores desta mudança foram a vaga de emigração dos anos 60, os avanços na industrialização e na urbanização, o alargamento da relação da agricultura com o mercado, a formação dum inenso contingente de membros das famílias agricultoras que trabalham nas fábricas e nas cidades, os dinheiros da previdência desde os anos 70, as actividades, desde o 25 subsídios e fundos vindos de Bruxelas. Todos estes factores contribuíam para alterar hábitos e costumes e para uma crescente monetarização das economias domésticas e agrícolas. A relação com o dinheiro banalizou-se, o seu uso tornou-se trivial e com normas idênticas em todo o território, longe, portanto, da situação do início do século XX, em que a máxima taxa de juro praticada variava de 7% no distrito de Leiria para 75% no de Bragança, passando por 8% no Porto, 27% em Évora e 55% em Faro.

A mudança da sociedade rural nos últimos 40 anos foi acompanhada, como antes se referiu, por acentuadas transformações no trabalho agrícola e doméstico, que, mesmo nos pequenos povoados, também se estenderam à

vida artesanal, onde se acelerou a retração de muitos ofícios (moleiros, oleiros, tecelões, carvoeiros, etc.) diante do consumo de produtos industriais.

Não foi, no entanto, apenas a estrutura produtiva que se transformou. O quadro de vida também se confrontou com profundas mudanças. A instalação de escolas e centros de saúde em muitas vilas e pequenas cidades intensificou a relação das populações com estes serviços. O adensamento da rede de transportes, o aumento da densidade dos telefones e, em especial, das televisões tornaram mais fácil o contacto com outros mundos. A água canalizada e as fossas sanitárias tornaram-se correntes nos povoados de mais pequena dimensão. O avanço da electrificação permitiu o acesso a novos equipamentos domésticos, que, em breve, se impuseram de modo generalizado. Alteraram-se fortemente os hábitos de vestuário, a alimentação e os rituais que acompanham o acto de comer. A mudança atingiu mesmo outras dimensões como a relação com a casa, que Oliveira e Galhano (1992) sintetizaram com clareza: "Dessecaizou-se completamente, e é agora meramente um valor económico", esta mudança foi acompanhada pela própria transformação material da casa: "Em primeiro lugar quanto aos materiais tradicionais locais, que são substituídos por outros de carácter industrial ou semi-industrial, e muitas vezes pré-fabricadas; e em seguida e consequentemente, ela atinge as formas, plantas e proporções das casas, organizações e apetrechamento do seu espaço interior — que tendem a uniformizar-se por toda a parte — e princípios arquitectónicos, determinados e ajustados a novas concepções e modos de viver." E, evidenciando a crescente ruptura destes e da agricultura com os ciclos da natureza, difundiram-se mesmo, em pequenos lugares, as redes camarárias de recolha de lixo.

As mudanças na sociedade rural verificaram-se também noutros domínios. Já antes se mencionou a alteração nos ritos e sociabilidades que acompanhavam o trabalho agrícola, e vão agora referir-se as feiras e romarias. Continuam a ser espaços identitários de sociabilidade e estas últimas mantêm-se como o momento privilegiado de reencontro dos que se reconhecem numa mesma comunidade rural que vivam no local, quer venham da cidade ou dos caminhos da emigração. Mas também, nestes quadros de sociabilidade, a presença decisiva do exterior já irrompeu. Nas feiras, os produtos industriais sobrepuaram-se completamente aos de origem local e artesanal. Nas romarias, as manifestações religiosas vêm perdendo os traços heterodoxos da religião popular, e nos arraiais, como nota Santhos (1983), "as competições locais tornaram-se envergoadas perante a produção de sucesso na rádio, discos e televisão por um lado, os artistas profissionais e os artesãos da decoração por outro, impondo uma imagem sempre proveniente de um centro cultural situado 'no exterior'".

Cada "ordem" local radica, como já se referiu, numa sociabilidade, numa interdependência entre os homens", forjada numa história e numa memória locais. Sucede, com frequência, que elementos duma mesma colectividade

rural se reencontram, no âmbito dum processo migratório, em contacto estreito numa urbe do país ou do estrangeiro. Refazem-se então, com frequência, teias de relações e reconstituem-se práticas sociais que, de algum modo, são uma incrustação do rural no urbano. No entanto, os fluxos de sentido inverso, ou seja, aqueles que implicam o confronto da "ordem" rural com elementos oriundos da esfera urbana, são mais marcantes, amplos e incisivos. Este processo tem contribuído para uma aproximação dos padrões urbanos e rurais, e o seu progresso não tem entravado apenas no impacto vindo das grandes metrópoles (costumes, hábitos, dinheiro dos salários ganhos na cidade ou no estrangeiro, televisão, novos meios de comunicação, etc.), mas também nas transformações que se verificam no quadro socioeconómico agrícola (novas tecnologias e alterações na divisão do trabalho, êxodo agrícola, incremento de relações com o mercado, etc.).

A transformação do rural é, assim, um processo contínuo, o mesmo sucedendo, embora com dinâmicas distintas, no tecido social urbano. Evocar a relação urbano/rural não remete, portanto, para a diferença entre duas "ordens" fixas, mas para o que separa duas realidades em modificação constante. Ou seja, o rural e o urbano só se distinguem por referência mútua.

O panorama traçado mostrou uma sociedade rural ampla, aberta ao exterior e diversificada tanto no modo como as actividades económicas e sociais se entrelaçam, como nas características das estruturas agrárias e dos quadros da sociabilidade. Ressaltou também que o futuro da sociedade rural já não se centra na agricultura.

A questão da terra e a sociedade rural

A agricultura já não assegura a vitalidade da sociedade rural e a terra já não estrutura as relações sociais que nela se estabelecem.

No mundo das aldeias da agricultura familiar, paralelamente ao declínio da questão da terra, passou-se duma sociedade rural governada pelos "senhores" dos maiores *patrimónios* fundiários e pelos párocos para uma ordem em que estes mantêm ainda muita da sua influência política e ideológica, mas agora numa situação em que emergem elementos ligados à vida administrativa e económica das vilas e pequenas cidades a par de alguns agricultores familiares mais ilustrados e de maior dimensão.

Esta mudança no governo da sociedade rural acompanhou uma profunda alteração na estrutura social agrícola. Os caseiros já não disputam parcelas de terra para fazerem de parceria e arrendamento, pois a emigração e o trabalho nas fábricas e nas cidades permitiram-lhes uma alternativa. Também os criados, na sua grande maioria ligados às explorações familiares, puderam sair e deixaram de ter necessidade de mendigar trabalho assalariado junto dos "senhores" dos grandes *patrimónios* fundiários e dos lavradores,

geralmente pequenos patrões que exploravam terra por conta própria e que, com grande frequência, se converteram em agricultores familiares quando a motomecanização substituiu a tracção animal. Muitas das famílias que trabalhavam pequenas parcelas de terra, donde saíam grande parte dos criados ou dos jornaleros que trabalhavam ao dia, puderam partir ou integraram-se no contingente dos que vivem numa exploração, mas trabalham nas cidades ou nas fábricas espalhadas pelos campos.

Esborçaram-se os grandes *patrimónios* fundiários cuja gestão repousava em duas vertentes: dando terras de arrendamento e parceria, geralmente a pequenos agricultores familiares, e recorrendo, nas parcelas com condições mais favoráveis, ao trabalho assalariado. Qualquer destas faces foi abalada pelo êxodo, pois, por um lado, diminuiu a procura de terras para arrendar ou tomar de parceria e, por outro, as alterações verificadas nos preços e salários obrigaram a uma reconversão tecnológica nas terras cultivadas com trabalho assalariado. Nalguns casos, esta reconversão operou-se, mas, na maioria, a crise afectou-os decisivamente e acompanhou a quebra de influência local das famílias ligadas a estes patrimónios. Para esta evolução, contribuiu também a progressiva saída para as cidades dos membros das famílias associadas aos patrimónios, ou seja, o crescente abandono, como residência principal, dos solares e "casas grandes" implantados nas vilas e nas aldeias. Este processo foi acompanhado, na maior parte dos casos, pela inserção noutras actividades económicas e profissionais e contribuiu também para acelerar a partilha dos bens entre todos os filhos e, por consequência, para um maior abandono da manutenção de facto dos morgadios, que se verificava em muitos casos, apesar da sua condenação legal desde a legislação liberal. Ou seja, dum estrutura social agrícola de "senhores", caseiros, lavradores e pequenos agricultores familiares por conta própria em cujas famílias se encontravam criados e jornaleros passou-se para uma situação em que imperam as famílias agricultoras, de que uma grande parte têm membros que trabalham nas cidades e nas fábricas.

No Alentejo, nos campos do Sul, a questão da terra teve um percurso mais conflitual. A terra encontrava-se muito concentrada nalgumas centenas de grandes latifúndios, cujos titulares correspondiam (em 1950) a menos de um por cento da população activa agrícola. Nesta, sobressaía o grande exército dos trabalhadores assalariados (86%), dos quais mais de nove décimos eram temporários. O conjunto dos patrões não latifundiários e da população agrícola familiar era inferior a 14%.

O trigo marcava o fáces dum panorama agrícola onde avultavam ainda a oliveira, a azinheira e o sobreiro, bem como os rebanhos de ovelhas e as varas de porcos, que se apacentavam nos restos e se alimentavam também das bolotas e landes. A motomecanização ainda não se havia imposto à tracção animal.

Nos latifúndios, as melhores terras eram cultivadas por conta própria, e

as de pior qualidade, retalhadas em pequenas parcelas, entregues de parceria para a cultura do trigo; os pequenos parceiros que tomavam estes bocados de terra eram designados por seareiros.

O desemprego era a ameaça permanente para a legião de assalariados temporários, para quem não havia alternativas de trabalho fora da agricultura, nem estava aberto o horizonte, como mais tarde veio a suceder, da emigração ou de partir para o eixo Lisboa-Setúbal. O Estado Novo, que se impusera República (1910-1926) haviam colocado a questão da terra no centro do conflito e do debate social, reprimia duramente os movimentos de luta e protesto dos temporários. "A expressão espaço coercivo", escreve M. Drain (1980), "não é então demasiado forte para designar este sistema que coloca o trabalhador na dependência absoluta do seu empregador (...)."

Os pólos da conflitualidade social que, embora com expressões de intensidade variável, estavam sempre presente nos campos do Alentejo eram, temporários. Tanto os assalariados permanentes, que defendiam o seu emprego, como os agricultores familiares, que acatelavam as suas ligações clientelares com os "senhores" da terra e afirmavam o seu *status* na oposição aos assalariados temporários, privilegiavam, dum modo geral, o lado dos latifundiários nas relações de forças que se estabeleciam, local e regionalmente.

A luta pela sobrevivência era a primeira preocupação dos trabalhadores temporários. Ser permanente era uma meta, mas a grande ambição era possuir uma parcela de terra que pudesse assegurar uma vida e uma velhice mais tranquila. A motomecanização ainda não havia imposto a vantagem generalizada das economias de escala, e a pequena exploração cerealífera era ainda um refúgio. Na falta de emprego e na impossibilidade de alcançar este último objectivo de modo estável, muitos trabalhadores, sempre que podiam, enfrentavam a aventura de ser seareiro, ou seja, tomavam de parceria uma pequena parcela de terra onde faziam trigo.

A pequena parcela como objectivo central, ou como salvaguarda eventual, foi-se esbatendo desde os anos 60. O tractor e a ceifeira-debulha-dora impuseram-se de modo definitivo e tornaram a pequena parcela cerealífera cada dia menos atraente: o cultivo intensificou-se nas melhores terras, e a extensificação, a florestação e o abandono cresceram nas restantes. A repressão manteve-se, mas a emigração e as oportunidades de trabalho na zona Lisboa-Setúbal tornaram mais aberto o horizonte dos trabalhadores, que partiam em grande número; os ranchos migratórios que vinham das regiões da agricultura familiar declinaram, pois a emigração devasou baldadores eventuais puderam exigir e lutar por salários mais elevados e melhores condições de trabalho; as grandes greves que percorreram o Alentejo, em 1962, assinalaram esta nova fase, em que a defesa dum

emprego aparecia como a alternativa local para a possibilidade de sair para Lisboa ou para França e Alemanha.

A primeira metade da década de 1970 foi um período de ruptura. A crise petrolífera abalou as economias ocidentais, e tanto o fluxo emigratório como a possibilidade de encontrar trabalho no país diminuíram. Em 1974, a ditadura foi derrubada, e o fim das guerras coloniais fez regressar aos mercados de trabalho largos milhares de trabalhadores. Paralelamente, os grandes "setores" da terra, um dos grandes pilares e beneficiários do regime deposito, retraíram-se tanto em relação à terra que exploravam, como à que entregavam de arrendamento. Desenhou-se, assim, uma situação em que se acentuou a pressão sobre a terra, a possibilidade de sair tornou-se menos aberta e o espectro do desemprego ganhou, de novo, contornos mais marcados.

Com o 25 de Abril, a questão da terra, reprimida desde a República e central na identidade social dos trabalhadores, foi proclamada com vigor no confronto que, nos anos 1974-75, se desequilibrou, no Alentejo, em favor dos assalariados agrícolas temporários. Estes eram, dum modo geral, trabalhadores que sempre tinham sido arredados da gestão e organização do processo produtivo. A sua esperança possível era um emprego e um salário permanentes e não tornarem-se pequenos agricultores, o que, aliás, aparecia condenado pela evolução tecnológica da agricultura alentejana e pelo modelo económico-social que emergia com nitidez da ideologia das organizações e movimentos sociais dos assalariados temporários. Quando estes, em 1975, desencadearam o movimento de ocupação de terras, se organizaram em unidades coletivas de produção e concretizaram a Reforma Agrária, cumpriam a sua ideologia e conquistavam um emprego: a terra aparecia-lhes como a possibilidade de alcançar este último objectivo.

A unidade colectiva de produção — um colectivo de trabalhadores que controlava em comum a terra e os meios de produção — conciliava a ideologia, a conquista do emprego e a marca de trabalhador parcelar que encontrava no colectivo uma forma de superar as suas dificuldades com a globalidade do processo produtivo. A este propósito, convém registar que as dificuldades com a gestão levaram, com grande frequência, a eleger para a direcção das unidades colectivas os poucos trabalhadores permanentes e antigos pequenos agricultores que se tinham juntado ao movimento de ocupação de terras.

A luta pela terra foi, assim, o processo de lutar pelo emprego e concretizar-se sob uma forma que conciliava a herança (ideologia) com o possível (trabalhador parcelar). Radicavam aqui os caminhos que a Reforma Agrária poderia ter aberto: trabalhar a terra, fixar população nas aldeias e montes, assentar no trabalho agrícola a articulação com outras actividades económicas locais e regionais.

Desde 1977, iniciou-se uma nova fase, que se traduziu pela destruição da Reforma Agrária e em que se desenharam os contornos actuais da agricultura alentejana, que ainda mais se vincaram desde a adesão à actual União Europeia. A área semeada anualmente tem vindo a baixar acentuadamente, enquanto

crece a área florestada e a utilizada muito extensivamente. Ou seja, retornam-se as tendências dos anos 60, mas agora partindo duma situação em que a área cultivada era já bem menor. O proletariado agrícola do Alentejo tem vindo a esvaír-se, e o seu efectivo é hoje menos de um quarto do que era há 40 anos. Aos que ficam, resta o trabalho como temporários ou de desemprego, num Alentejo em que volta a triunfar a grande propriedade.

Nesta região, até ao 25 de Abril, a ordem política e administrativa, local e regional, estava em perfeita sintonia com os interesses dos grandes empresários e proprietários agrícolas. A democratização do país, nomeadamente ao nível das câmaras municipais e das juntas de freguesia, permitiu, no entanto, que, para além das vicissitudes da questão da terra, a opção dos cidadãos na gestão do espaço local se sobrepusse à dos que detêm o controlo económico dos territórios.

O declínio de um tempo longo

A questão de terra esbateu-se. A agricultura perdeu importância na economia e na sociedade, registou uma profunda transformação tecnológica e concentrou-se numa área bem menor que há quatro décadas. Na parte do território de que a agricultura se separou, foi emergindo uma questão do espaço autonómica das práticas agrícolas. A sociedade rural perdeu muita população, articulou-se crescentemente com o urbano, e a sua vitalidade assenta, cada dia menos, na agricultura, que também já não a unifica com todo o território. Desenhou-se, assim, a dissociação da agricultura, do espaço e da sociedade rural, cujos destinos, agora, apenas estão parcialmente ligados. Do que hoje se trata é precisamente de olhar estes destinos e libertá-los de muitos dos pre-conceitos e contornos com que o passado e algumas discutíveis opções do presente tendem a aprisioná-los. Foi este o sentido dos comentários que já antes se fizeram relativamente à agricultura e ao espaço.

O rural remete para um *tempo longo* em que persiste um quadro de vida local, vincadamente endógeno na estruturação e na dinâmica das economias agrícolas, e a utilização de tecnologias, hoje designadas de tradicionais, diversificadas, adaptadas às condições do meio, mas que impõem limites estreitos na relação com os ciclos da natureza.

Luis de Magalhães (1923), no prefácio dos *Estudos Históricos e Económicos* de Alberto Sampaio, onde se inclui o estudo "As Vilas do Norte de Portugal", evoca, em tom literário, o tempo longo que ressalta deste trabalho: "(...) Tirado, talvez, pelos pequenos e alourados bois das raças actuais, o mesmo carro rústico semelhante ao *plustrim* sabino e o mesmo rudo arado de madeira, que só agora vai desaparecendo ante a invasão das Howards e das Brabants, carregavam, ou lavravam a terra, assim como a mesma enxada a cavava e a mesma foíce abatia os manipulados dos cereais maduros.

Após o romano ou o descendente romanizado dos homens das cisternas, veio o visigodo, que nada alterou neste estado de coisas; um momento, o árabe subverteu tudo com as suas incursões e o seu império efêmero na região. Mas, passada a onda islâmica, a ordem anterior renasce e a sociedade neogoda funda-se sobre ela. O *dominus* desaparece, substituído pelo cavaleiro; a vila estacela-se, retalhada pelas doações. A toponímia, porém, mantém-se em geral, achando no português nascente formas corrotas das velhas designações latinas; e, na nova época, o quadro da vida rural da região, a situação reciproca das classes, a cultura e os seus métodos permanecem quase inmutavelmente os mesmos.

E, contudo, em todo este longínquo período de quase dois mil anos, que de revoluções religiosas, sociais, políticas, que de correntes e contra-correntes étnicas, que de mutações históricas não abalaram e revolveram o mundo! Só o profundo estrato rural ficou imóvel. O que, para a história política, foram dezasseis séculos — foi, para a história agrícola, quase um único momento."

As permanências nas tecnologias e nas características endógenas da vida local foram, no entanto, acompanhadas por grandes mudanças tanto no âmbito agrícola, como nos domínios político, cultural e ideológico. Foi, nomeadamente, neste tempo longo que os habitantes deste território do Ocidente europeu se foram fazendo portugueses.

Nas últimas quatro décadas, acabou, no entanto, por se desmoronar muito do que restava dos elementos que suportavam a herança tradicional do rural. Como se notou, as tecnologias químico-mecânicas impuseram-se definitivamente às tradicionais, e o local acentuou, de modo irreversível, a sua articulação com o exterior. Esta derrocada foi ainda acompanhada pela fuga de muitas centenas de milhares de homens e mulheres que, aberta a possibilidade de sair, fugiam das penosas condições de vida e trabalho que tinham nos lugares e aldeias da sociedade rural. Não estavam, afinal, habituados às condições de miséria em que viviam, ao contrário do que proclamavam alguns defensores do Estado Novo — "habituada à sobriedade e a um nível de vida relativamente baixo, a população agrícola pode enfrentar uma era de privações e restrições por vezes intensas" (J. Penha Garcia, numa comunicação, em 1934, ao I Congresso da União Nacional) —, nem se conformavam com a função moral e cultural de suporte da Pátria que, ortem como hoje, muitos lhes atribuem — "Declara-se que o destino dos povos está nas massas rurais, que são as virtudes simples da vida rústica que constroem os Impérios e lhes asseguram resistência e duração" (António Sousa da Câmara, em 1949, na II Conferência da União Nacional).

Esta fuga maciça era também a rejeição clara do elogio da vida rural, tão frequente por parte dos grupos sociais que beneficiam com a ordem política, social e económica dos campos tradicionais, bem como pelos que propalam as suas virtudes com fins ideológicos e pelos urbanos que os mitificam por contraposição às cidades onde vivem.

Os que fugiram, esses, sabem, embora muitas vezes tragicamente, que deixaram atrás um mundo sem esperança. Sugus a quem Zuzsa, a namorada, chamava Flag, seguramente que o presentiu num diálogo com a mãe Wislawka:

Porque não voltamos os três para a aldeia, mãe?

Que três?

Tu, Zuzsa e eu. O pai sempre contava que havia uma casa de madeira na montanha e um bosque de pinheiros que nos pertencia. Podíamos viver ali. Eu cortava faveiros, tu terias galinhas, e Zuzsa colharia cogumelos e iria vendê-los do outro lado da fronteira, como aquela mulher de que falava o pai, como se chamava?

Porque estou chorando?, perguntou-se Wislawka.

Cultivaríamos os nossos legumes, disse Sugus. No Inverno poderia trabalhar nas pistas de esqui e no Verão cortaria lenha.

Não é como tu julgas. Não pode ser, filho, não pode ser.

Sugus já havia nascido na cidade para onde o pai tinha ido aos 17 anos. [Berger, 1999]

Do que hoje se trata é de refazer a relação da sociedade com o território, numa perspectiva que associe o cuidado com as condições de vida e trabalho das populações nele disseminadas, a conciliação do processo produtivo com a protecção da natureza, a reavaliação dos actuais caminhos da agricultura, e tal, hoje se desenhavam para o espaço: ambiental, recreio e acolhimento para os que aí pretendam viver permanentemente ou temporariamente. Com memórias e heranças do tempo longo, mas também com a certeza de que o futuro não é apenas uma continuação do passado, há agora que moldar o território, procurando equilíbrios entre os seus diferentes usos e tomando-o um espaço onde os que venham da cidade e os que já o povoam possam, sempre, começar de novo.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de, *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1986.
- BAIROCH, Paul, "Les trois révolutions agricoles du monde développé; rendements et productivité de 1800 a 1985", *Annales ESC*, Paris, n.º 2, 1989.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Agricultura, espaço e sociedade rural*, Coimbra, Fora do Texto, 1993. *Nota:* este texto apoia-se neste trabalho e retoma-o mesmo nalguns pontos.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993.
- BARRETO, António, *Douro*, Lisboa, 1993.
- BARROS, Henrique, *Economia Agrária*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1948.
- BASTO, Eduardo Alberto Lima, *Inquérito económico-agrícola*, vol. IV (Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal), Lisboa, Universidade Técnica, 1936.
- BERGER, John, *De sus fatigas* (trilogia constituída por *Puerca tierra*, *Una vez en Europa* e *Lila y Flag*), Madrid, Alianza, 1989, 1992 e 1993.
- BERRY, Wendel, *The unsettling of America: culture & agriculture*, São Francisco, 1986.
- BRITO, Joaquim Pais de, *Retrato de aldeia com espelho: ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.
- CALDAS, Eugénio de Castro, "A Serra da Lousã: do povoamento à desertificação", *Arunce*, Arouca, n.º 2, 1989.
- CASTRO, Luiz de, "Le crédit agricole et le mouvement associatif rural", in Bernardino Camilo COSTA, Cincinnato da e CASTRO, Luiz de (direcção de), *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1900, p. 857-911.
- DRAIN, Michel, "Le latifundium em Espagne et au Portugal", in Afonso de Barros (coord.), *A agricultura latifundiária na Península Ibérica*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras, 1980.
- DRAIN, Michel, "La terre: capital physique, capital symbolique" in Stuart Woolf (dir.), *Espaces et familles dans l'Europe du Sud à l'âge moderne*, Paris, 1993.
- ELIAS, Norbert, *La dynamique de l'Occident*, Paris, Calman-Lévy, 1976.
- Études Rurales*, n.ºs 121-124, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1991.

- FEIO, Mariano, *Le Bas Alentejo et l'Agarve*, Lisboa, Congrès International de Géographie, 1949.
- GIRÃO, Amorim, *Esboço duma carta regional de Portugal*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- GOMES, M. A, BARROS, Henrique e CALDAS, Eugénio Castro, *Evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, 1945.
- HESPANHA, Pedro, *Com os pés na terra: práticas fundiárias da população rural portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1994.
- JEUDY, Henri Pierre (direcção), *Patrimoines en folie*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1990.
- LOURENÇO, Fernando, *A fronteira luso, espanhola: comparação de indicadores demográficos da ocupação do solo e das explorações agrícolas*, Lisboa, 1996.
- MAGALHÃES, José Miranda, *Os ranchos migratórios em Portugal*, Lisboa, 1956.
- MARIENSTRAS, Élise, *Les mythes fondateurs de la nation américaine*, Paris, 1977.
- NASH, Roderick, *Wilderness and the American mind*, 3.ª ed, 1982.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim, *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa, IAC/Centro de Estudos de Etnologia, 1976.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim, *Actividades agro-marítimas em Portugal*, Lisboa, IAC/Centro de Estudos de Etnologia, 1975.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando, *Arquitetura tradicional portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.
- PÉREZ, Yruela-Manuel, "La sociedad rural" in Giner, S., *España: sociedad y política*, Madrid.
- PEREIRA, Benjamim, "A cozinha rural", *20 valores do mundo rural*, Lisboa, Instituto de Estruturas Agrárias, 1995.
- PICÃO, José da Silva, *Através dos campos*, Lisboa, 2.ª ed., 1947.
- PORTAS, Nuno, "Modelo territorial e intervenção no médio Ave", *Sociedade e Território*, n.º 5, 1986.
- PORTELA, José, "Agricultores e agriculturas: que futuros? Memória para um debate urgente", *Dois contributos para um livro branco sobre a agricultura e o meio rural*, Lisboa, 1993.
- RADICH, Maria Carlos, *A Agronomia no Portugal oitocentista: uma discreta desordem*, Oeiras, Celta, 1996.
- RIBEIRO, Orlando, *Mediterrâneo: ambiente e tradição*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1968.
- RIBEIRO, Orlando, *Le Portugal Central*, Lisboa, Livros Horizonte, (1949) 1982.
- RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos geográficos*, vol. IV (O mundo rural), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.
- RODRIGO, Isabel, *Da terra à profissão: decisão, identidade social e agriculturas familiares*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1992.
- ROLO, Joaquim, "Imagens de meio século da agricultura portuguesa" (trabalho publicado neste mesmo catálogo).
- ROUPNEL, Gaston, *Histoire de la campagne française*, Paris, Plon, (1932) 1977.
- SAMPAIO, Alberto, *Estudos históricos e económicos*, vol. I, Porto, Liv. de Chardron de Lello e Irmão, 1923.
- SANCHIS, Pierre, *Arraial: festa de um povo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- SERENI, Emilio, *Storia del paesaggio agrario italiano*, Bari, La Terza, 1972.
- SILVA, Augusto Santos, *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Porto, Afrontamento, 1994.
- SILVA, M. C. Ferreira da, *Resistir y adaptarse: constrñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Universidade de Amesterdão, 1994.
- SOBRAL, José Manuel Ferreira, *Trajectos. Produção e reprodução da sociedade: famílias, propriedade, estrutura social numa freguesia rural beirã*, Lisboa, ISCTE, 1993.
- THOMAS, Keith, *O homem e o mundo natural*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- TOLEDO, Victor Manuel, "La racionalidad ecológica de la producción campesina" in Eduardo Sevilla Guzmán e M. Gonzalez de Molina, *Ecología, campesinado e historia*, Madrid, 1992.
- WEBER, Max, *La ciudad*, Madrid, Glencoe, The Free Press, (1958) 1987.
- WILLIAMS, Raymond, *O campo e a cidade. Na história e na literatura*, São Paulo, 1989.